

Estudo bibliométrico sobre educação do campo para jovens e adultos deficientes

Bibliometric study on rural education for disabled youth and adults

Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves*

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi**

* Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bolsista do Observatório da Educação – CAPES, São Carlos, SP, Brasil.
E-mail: taisaliduenha@gmail.com

** Doutora em Educação pela UFSCar, Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, São Carlos, SP, Brasil, Pesquisadora do CNPq.
E-mail: dmch@ufscar.br

Resumo

Neste artigo, focalizamos a produção científica acadêmica brasileira sobre a Educação do Campo (EC) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como subsídio para estabelecer a relação com a Educação Especial (EE) visando reconhecer a existência de pesquisas que retratem a preocupação da escolarização de jovens e adultos do campo com deficiência. Do ponto de vista metodológico, o estudo está ancorado na Bibliometria, recurso que permite analisar a produção científica de uma área de conhecimento ou tema específico a ser investigado. Apesar da interface entre EJA, Educação do Campo e Educação Especial estar presente na realidade educacional brasileira, os resultados obtidos indicaram uma lacuna na produção científica nacional haja vista o baixo percentual de trabalhos acadêmicos com esse enfoque.

Palavras-chave

Educação Especial. Educação do Campo-EJA. Bibliometria.

Abstract

This article focuses on the scientific production on Rural Education (CE) and the Education of Youth and Adults (EJA) as support to establish the relationship with the Special Education (EE) in order to recognize the existence of research that reflect the concern with the schooling youth and adults with disabilities in the field. From the methodological point of view the study is anchored on Bibliometrics, resource that allows you to analyze the scientific production of an area of knowledge or specific theme to be investigated. Despite the interface between EJA, Rural Education and Special Education being present in the Brazilian educational reality, the results indicated a gap in scientific production in view of the low percentage of academic papers with this focus.

Key words

Special Education. Rural Education. Bibliometrics.

Educação do Campo, Educação de Jovens Adultos e Educação Especial

Nascida pela luta dos trabalhadores do campo em defesa de “política educacional emancipatória para o campo brasileiro”, em uma clara “indicação deste processo que está em curso – com fluxos e refluxos, mas em curso” (TAFAREL; MOLINA, 2012, p. 577), a Educação do Campo tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica, e é destinada aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008a).

A adequação do projeto institucional das Escolas do Campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, junto com a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal estão estipuladas no Art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Com relação à interface da Educação do Campo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma “deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos

construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos” (BRASIL, 2008b, p. 17).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é amparada por uma política compensatória destinada a uma população que foi excluída da escola por diversos motivos (GONÇALVES, 2012). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9394/96 contempla a Educação de Jovens e Adultos por meio de melhor adequação às novas exigências sociais e, dentre algumas alterações significativas, podemos citar: idade mínima de 15 anos para frequentar o ensino fundamental e 18 para o ensino médio, defendendo também o uso de didática apropriada às características dos educandos, condições de vida e trabalho. Ainda de acordo com a LDB (9394/96), em seu artigo 37, “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”.

De acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b), a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Sendo assim, alunos com deficiência que não tiveram acesso ou foram excluídos dos espaços educacionais têm o direito à escolarização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como qualquer outro jovem ou adulto nessa condição. Em reforço a esse argumento, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b) assevera

que as ações da Educação Especial na modalidade EJA e educação profissional

[...] possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social. (BRASIL, 2008b, p. 17).

Caiado e Meletti (2011, p. 102-103) verificaram, por meio dos indicadores educacionais brasileiros, a realidade da Educação Especial para as pessoas com deficiência que residem no campo e destacam que

[...] há crianças e jovens com deficiência frequentando escolas do campo, mas há também uma quantidade significativa de alunos com deficiência que para estudar necessitam se deslocar do campo para a cidade.

As autoras mencionam ainda que as matrículas de alunos com deficiência auditiva, visual e física que residem e estudam no campo são maiores na EJA que os da modalidade Especial de ensino. Entretanto, as matrículas de alunos com deficiência intelectual se concentram na Educação Especial. Outro dado importante que as autoras mostram é que a maioria de alunos com deficiência intelectual que residem no campo se desloca até a cidade para estudar na EJA. Vale destacar, que os “alunos com deficiência que residem no campo e estudam na cidade indica uma condição que pode ser considerada precária em se tratando de acesso à escola” (CAIADO; MELETTI; 2011, p. 102).

Por sua vez, ao tratar de alunos com necessidades educacionais especiais que vivem em áreas rurais, Marcoccia (2010, p. 4) afirma que há um desinteresse do poder público pela educação dessa população e, dentre as dificuldades encontradas por esses estudantes para frequentar a escola, destacam-se: “lugares de difícil acesso, estradas precárias e utilização do transporte escolar por longas distâncias e sem adaptação”.

Com relação à produção acadêmica sobre a escolarização de alunos na EJA, Siems (2011) realizou levantamento da produção científica sobre esse tema, mostrando que essa produção gira em torno de dois grandes temas: as fragilidades das estruturas da EJA no atendimento educacional de pessoas com deficiência e dificuldades vivenciadas nos serviços da Educação Especial para oferecer atividades escolares à população jovem e adulta. A conclusão da autora é que há necessidade de pesquisas que envolvam a questão da escolarização da pessoa jovem e adulta com deficiência, pois há lacuna de estudos que contemplem como se dá a aquisição do conhecimento para pessoas com diferentes situações de deficiência.

Em um dos poucos trabalhos recentes existentes sobre esta temática, Gonçalves e Meletti (2011) reiteram os achados anteriormente citados: aumento das matrículas da pessoa com deficiência na EJA; a baixa escolaridade da pessoa com deficiência; preparação alienada desses sujeitos para o mercado de

trabalho e ausência de diretrizes claras e propostas pedagógicas consistentes para o aluno com deficiência na EJA. As autoras indicam uma tendência crescente nas matrículas de alunos com deficiência na EJA no Brasil, sobretudo de alunos com deficiência intelectual, destacando que essas matrículas estão concentradas nas séries iniciais (de 1ª a 4ª série) da EJA. Na visão de Meletti e Bueno (2011), isso parece ser um problema localizado na educação básica brasileira, pois, mesmo com o aumento das matrículas em geral, os níveis de aprendizagens são baixos, ocorrendo, então, o retorno à escolarização por meio dessa modalidade.

Essas considerações permitem constatar que a EJA, a Educação Especial e a Educação do Campo são temas de interface. No entanto pouco se conhece a respeito da existência de pesquisas que abordem essas duas modalidades de educação no contexto da Educação Especial, o que motivou a realização de uma pesquisa com essa finalidade.

Em vista disso, este artigo apresenta os resultados de um estudo que se propôs a investigar o estado da arte das pesquisas acadêmicas com essa interface realizadas no país, de modo a contribuir para o avanço do conhecimento científico no campo da Educação Especial. Além dessa introdução, que apresenta os principais aspectos relacionados à Educação do Campo, EJA e Educação Especial, o artigo está organizado em mais quatro partes que tratam, respectivamente, do percurso metodológico e apresentam os resultados obtidos.

Percurso metodológico

Optou-se pelo estudo bibliométrico, por possibilitar a construção de indicadores destinados a avaliar a produção científica. De acordo com Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 113-114) “a análise bibliométrica é um método flexível para avaliar a tipologia, a quantidade e a qualidade das fontes de informação citadas em pesquisas” e ressaltam que “o produto da análise bibliométrica são os indicadores científicos dessa produção”.

A fonte de dados da pesquisa foi o Banco de Teses da CAPES que tem acesso livre e fornece resumos sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país a partir de 1987, por meio de buscas por autor, título e assunto. O critério de escolha dessa base de dados justifica-se pelo fato de que o Banco de Teses da Capes

[...] constitui-se em uma fonte de pesquisa abrangente, bem como em um instrumento relevante de divulgação do conhecimento científico brasileiro. (VIEIRA; MACIEL, 2007, p. 353).

Para o registro dos dados coletados, foram utilizados protocolos de registro de dados bibliométricos elaborado por Hayashi et al. (2011) no formato de uma planilha Excel. Nesses protocolos, constam campos específicos, tais como: termo de busca, autor(es), título do trabalho, orientador(es), título do periódico, imprensa (volume, número, páginas), ano de publicação, nível do trabalho (mestrado, doutorado,

mestrado profissionalizante), IES, região, linha de pesquisa, área de conhecimento, palavras-chave, resumo, além de um campo para registro da presença ou ausência nos trabalhos de atendimento educacional ao deficiente.

A princípio, foram definidas, como critério de inclusão, as teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Capes, independente de um período temporal pré-estabelecido; e, como expressões de busca: “Educação do campo EJA”, “Educação do campo de jovens e adultos deficientes”, “Educação do campo EJA deficientes”, “Educação do campo EJA deficiência”, “Educação de jovens e adultos deficientes”.

O resultado inicial dessa coleta apontou a existência de 226 trabalhos. Em seguida, desse total registrado no protocolo de teses e dissertações, foram buscados os textos completos em bibliotecas digitais das instituições em que os trabalhos foram defendidos e também na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica

do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (BDTD/IBICT/MCT) e no Portal Domínio Público.

A leitura dos títulos dos trabalhos, os resumos e textos integrais deram condições de verificar a presença ou ausência do enfoque sobre o atendimento educacional de jovens e adultos deficientes que vivem no campo, bem como de outros aspectos das pesquisas realizadas que sejam de interesse desse trabalho. Assim, após a exclusão dos registros duplicados e daqueles que não se enquadravam no escopo da pesquisa, o *corpus* final pesquisado resultou em 42 trabalhos.

Os achados da pesquisa

Dos 42 trabalhos identificados no banco de teses da Capes/MEC, verificou-se que cobrem o período compreendido entre 2003 e 2012, sendo seis teses de doutorado, 35 dissertações de mestrado e uma dissertação de mestrado profissionalizante. A distribuição anual e por nível desses trabalhos pode ser observada na Tabela 1

Tabela 1 - Distribuição anual e por nível das teses e dissertações

Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissionalizante	Total
2003	4	0	0	4
2004	2	1	0	3
2006	1	2	0	3
2007	5	0	0	5
2008	4	1	0	5
2009	3	0	1	4
2010	4	2	0	6
2011	8	0	0	8
2012	4	0	0	4
Total	35	6	1	42

Fonte: Banco de Teses da CAPES; BDTD/IBICT. Elaboração das autoras.

Os resultados mostram, portanto, que a temática pesquisada é recente, cobrindo um período de nove anos, e que ao longo dos anos o total de trabalhos manteve-se com poucas oscilações sendo observado um ligeiro crescimento apenas no ano de 2011.

Esses 42 trabalhos foram defendi-

dos em 26 instituições de ensino superior, das quais 25 possuem vinculação administrativa federal, 8 estadual e 9 particular, e estão localizadas nas regiões Centro-Oeste (2); Norte (3); Nordeste (9); Sudeste (15) e Sul (14) do país. A Tabela 2 permite visualizar a distribuição dos trabalhos por instituição.

Tabela 2 – Distribuição dos trabalhos por instituição

IES	Trabalhos
UFSC	4
UFES; UFPB/João Pessoa; USP (3 trabalhos cada)	9
PUC-SP; UEL; UEM; UFCE; UFMG; UFPA; UNIMEP (2 trabalhos cada)	14
FURG; PUC-RS; UFAM; UFBA; UFMS; UFPEL; UFRN; UFS; UNB; Unesp; UNICAP; UNIGRANRIO; UNISINOS; UTP, UFSCar (1 trabalho cada)	15
Total	42

Fonte: Elaboração das Autoras - Banco de Teses da CAPES

Também foi possível observar que a maioria desses trabalhos estão vinculados a Programas de Pós-Graduação da área de Educação (33), entre os quais apenas um de Educação Especial. Os demais Programas são: Agriculturas Amazônicas (2), Psicologia Social (1) e Psicologia Clínica (1), Linguística Aplicada (1), Ciências da Linguagem (1), Educação Ambiental (1), Geografia (1) e Ensino de Ciências (1).

Quando se investigou o gênero em relação à autoria dos trabalhos, verificou-se a preponderância feminina tanto em relação à autoria (30 mulheres e 12 homens) quanto em relação à orientação (32 mulheres e 11 homens). Esses resultados sustentam os argumentos de que, em determinadas áreas de

conhecimento, ocorre o processo de feminização da ciência, e a Educação é uma delas, conforme corroboram estudos sobre a participação feminina na ciência (RIGOLIN; HAYASHI; HAYASHI; 2013).

Após esse breve panorama a respeito dos parâmetros bibliométricos em relação à distribuição temporal e geográfica, de gênero, vinculação institucional e administrativa do *corpus* documental analisado, nos próximos tópicos são expostas as análises dos trabalhos em relação à interface Educação Especial-Educação de Jovens e Adultos (EE-EJA), Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo (EJA-EC) e Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo (EE-EJA-EC).

Estudos sobre o aluno com deficiência na EJA

Do *corpus* documental analisado, foi possível observar que 18 trabalhos, o que corresponde a 42,8% do total (42), contemplam a interface Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EE-EJA), enfocando a escolarização de

jovens e adultos com deficiência nessa modalidade de ensino. Dessas, três são teses de doutorado (D), 14 são dissertações de mestrado (M), e uma é dissertação de mestrado profissionalizante (MP), defendidas em 14 Programas de Pós-Graduação do país entre 2003 e 2012, conforme dados do Quadro1.

Autores	Nível	Orientadores	Instituição/ Programa	Ano de defesa
Mirella V. A. T. Fonseca	M	Alexandra Ayach Anache	UFMS / Educação	2003
Eneida Maria Gondim	M	Virgínia C. S. F. Alves	UNICAP / Ciências da Linguagem	2004
Roberta Roncali Maffezoli	M	Maria Cecília Rafael de Góes	UNIMEP / Educação	2004
Elsa Midori Shimazaki	D	Maria Silvia Cárnio	USP / Educação	2006
Dayane Rodrigues Xavier	M	Maria Cecília C. Ferreira	UNIMEP / Educação	2007
Katiuscha Lara Genro Bins	M	Claus Dieter Stobäus	PUC-RS / Educação	2007
Josefa F. de Sena Freitas	M	Nerli Nonato Ribeiro Mori	UEM / Educação	2008
Leonardo Lopes da Silva	M	Yvette Piha Lehman	USP / Psicologia Social	2008
Marcia de C. O. G. Soléra	M	Maria Lúcia de A. Andrade	USP / Psicologia Clínica	2008
Carlos Henrique Creppe	MP	Zenildo B. de Moraes Filho	UNIGRANRIO / Ensino de Ciências	2009
Valdemir C. da Silveira	M	Regina Lúcia G. Luz de Brito	PUC-SP / Educação (Currículo)	2009
Jose A. de Oliveira Bentes	D	Maria Cristina P. I. Hayashi	UFSCar/ Educação Especial	2010
Fabiana Lasta Beck Pires	D	Magda Floriana Damiani	UFPEL / Educação	2010
Maria da C. B. Varella	M	Luzia G. dos Santos Silva	UFRN / Educação	2011
Taísa G. G. L. Gonçalves	M	Silvia Marcia Ferreira Meletti	UEL / Educação	2012
Moema K. O. Santana	M	Cátia de Azevedo Fronza	UNISINOS / Educação	2011
Aluska Peres Araújo	M	Ana Dorziat Barbosa de Melo	UFPB – João Pessoa / Educação	2012
Marcos Leite Rocha	M	Denise Meyrelles de Jesus	UFES/ Educação	2012

Quadro 1 – Teses e dissertações na interface Educação Especial – EJA

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Elaboração das autoras

A análise dos 18 trabalhos relacionados no Quadro 1 permitiu verificar que, ao tratar do aluno com deficiência na EJA, a predominância é de pesquisas que enfocam a deficiência intelectual.

Nesse contexto, a EJA representa a possibilidade de manutenção de pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual em instâncias educacionais, prioritariamente instituições especiais

privadas, deixando claro que o processo de institucionalização historicamente imposto a essa população permanece sob uma nova modalidade ensino, conforme é explicitado por Xavier (2007).

A pesquisa de Fonseca (2003) revela avanços no programa de EJA ao receber os alunos com deficiência intelectual, mas, por outro lado, esses sujeitos apresentam a não escolarização diante de um percurso escolar, conferido ao mínimo de conhecimento científico.

Outro aspecto, presente nessas dissertações e teses, é a amplitude de instituições segregadas que atendem pessoas jovens e adultas com deficiência com um foco para o ensino profissionalizante (SÓLERA, 2008), e mundo do trabalho (SILVA, L., 2008). Isso levanta uma série de inquietações a respeito do assunto, pois esses espaços, principalmente as instâncias especializadas, muitas vezes se baseiam em atividades sem cunho pedagógico, no qual o discente é preparado para atividades repetitivas, monótonas.

Verifica-se também nesses trabalhos a preocupação com a formação docente para os professores que atuam com pessoas surdas em instituição especializada que oferta EJA, a partir das representações sociais nas formas do trabalho docente (BENTES, 2010).

A dissertação de Maffezoli (2004) retrata a infantilização de jovens e adultos com deficiência intelectual, e destaca que a experiência escolar desses discentes foi marcada por condições precárias, de não oportunidade, que impedem a entrada na vida adulta.

As pesquisas de Gondim (2004), Shimazaki (2006), Freitas (2008a), Bins (2007) discutem a temática alfabetização e letramento e direcionam para as aprendizagens e para o sentido atribuído aos professores e /ou aos alunos com deficiência perante aos processos de aquisição da leitura e da escrita.

Varella (2011) focaliza a trajetória de inclusão escolar de uma aluna com paralisia cerebral na EJA, e a discussão foi centrada em aspectos como a sistemática de planejamento e avaliação, a articulação pedagógica entre os professores da educação de jovens e adultos e das ações da sala de recursos multifuncionais, e a importância da formação continuada dos educadores envolvidos.

Por sua vez, Santanna (2011) investigou e analisou dados de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa (LP) por alunos com Deficiência Intelectual (DI), em um contexto de uma APAE – Educadora, com uma turma de EJA, a fim de apontar em que medida a mediação/colaboração entre pares mais experientes contribui para o desenvolvimento da linguagem.

A partir da voz do jovem e adulto com deficiência, Araújo (2012) problematizou as experiências de exclusão/inclusão numa escola regular, tendo em vista a trajetória educacional desses sujeitos. O pressuposto adotado pela autora da pesquisa é que ouvir a voz dos jovens e adultos com deficiência é explicitar a importância de esses sujeitos falarem sobre eles mesmos, rompendo com a condição de assujeitamento e

invisibilidade social historicamente perpetuada. O estudo foi realizado em uma escola pública municipal de Campina Grande, PB, e os resultados obtidos mostraram que, mesmo em uma escola que direcionava o trabalho na perspectiva de educação inclusiva, as práticas se revelaram engessadas e estereotipadas, e, por isso, não consideravam as diferenças, segregando-as e excluindo-as.

Rocha (2012) investiga os processos de escolarização de alunos surdos matriculados em salas comuns da EJA no contexto de uma unidade de ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino da cidade de Vitória, ES. Os pressupostos teóricos da pesquisa foram buscados na Sociologia das Ausências e das Emergências, postuladas por Boaventura de Souza Santos e, para a construção e sistematização dos dados no campo de pesquisa, utilizou-se a etnografia. Os resultados da pesquisa apontam para a importância de colocar em análise a interface da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos, para que sejam problematizados os processos de escolarização desses sujeitos matriculados em salas comuns da EJA no contexto do município de Vitória; assim como a necessidade de pensar em alternativas que garantam aos jovens e adultos surdos os serviços e apoios previstos na política nacional e local de educação bilíngue, na perspectiva da inclusão escolar.

Também foram identificados trabalhos que discutem as práticas pedagógicas para alunos deficientes que frequentam

a EJA a partir das licenciaturas (CREPPE, 2009; PIRES, 2010; SILVEIRA, 2009).

O objeto de estudo de Gonçalves (2012) foram os microdados do Censo de Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A autora analisou as matrículas de alunos com deficiência (visual, auditiva, física intelectual) na EJA (regular e especial) a partir das etapas de ensino, dependência administrativa e faixa etária, e verificou que há um alto índice de alunos com deficiência nas séries iniciais da EJA; concentração de matrículas de alunos com deficiência física e deficiência intelectual em espaços segregados; alto percentual de matrículas de alunos com deficiência intelectual nessa modalidade; juvenilização dos deficientes; concentração das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em instâncias municipais da EJA regular e centralização das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na esfera privada da EJA especial. A conclusão da autora é que, diante de um crescente número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, essa modalidade se tornou mais um espaço vinculado à Educação Especial.

Estudos sobre a EJA no campo

A interface entre Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo (EJA-EC) foi identificada em 22 pesquisas, o que corresponde a 52,4% dos 42 trabalhos produzidos no período.

Dessas, três são teses de doutorado e 13 são dissertações de mestrado, conforme apresenta o Quadro 2.

Autores	Nível	Orientadores	Instituição/ Programa	Ano de defesa
Josué Viana Alvarino	M	Bernardo Kipnis	UNB / Educação	2003
Renata Aires de Freitas	M	Eva Lizety Ribes	FURG / Educação	2003
Samuel Ramos da Silva	M	Elenor Kunz	UFSC/ Educação	2003
Antonio Claudio M. Costa	M	Cristiano A. G. Di Giorgi	UNESP / Educação	2004
Sandra M. G. de Carvalho	D	Eliane Dayse Pontes Furtado	UFCE / Educação	2006
Eduardo A. R. Lauande	M	Orlando N. Bezerra de Souza	UFPA / Agriculturas Amazônicas	2006
Ana Paula Vansuita	M	Sonia Ap. Branco Beltrame	UFSC / Educação	2007
Francisco A. A. Rodrigues	M	Sônia Pereira Barreto	UFCE / Educação	2007
Mônica Machado Mota	M	Sônia Meire S. A. de Jesus	UFS / Educação	2007
Jane Adriana V. P. Rios	D	Dinéa Maria Sobral Muniz	UFBA / Educação	2008
Giane Maria da Silva	M	Marildes Marinho	UFMG / Educação	2008
Eunice Maciel Soeiro	M	Jorge Gregório da Silva	UFAM/ Educação	2009
Maura Pereira dos Anjos	M	Aquiles Vasconcelos Simões	UFPA / Agriculturas Amazônicas	2009
Lucia Helena C. Lenzi	D	João Wanderley Geraldi	UFSC/ Educação	2010
Júlio de Souza Santos	M	Edna Castro de Oliveira	UFES/Educação	2010
Mariângela Hoog Cunha	M	Maria Antônia de Souza	UTP/ Educação	2010
Paula R. Cairo do Rego	M	Orlandil de Lima Moreira	UFPB/ Educação	2010
Andréia Jofre	M	Marísia M. Santiago Buitoni	PUC-SP / Geografia	2011
Bianca Ap. Martins Félix	M	Maria Aparecida Cecílio	UEM / Educação	2011
Custódio J. Barbosa Filho	M	Edna Castro de Oliveira	UFES / Educação	2011
Kyrleys P. Vasconcelos	M	Maria da C. F. R. Fonseca	UFMG / Educação	2011
Rosalinda Falcão Soares	M	Erenildo João Carlos	UFPB – João Pessoa / Educação	2011

Quadro 2 – Teses e dissertações na interface EJA e EC

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Elaboração das autoras

A dissertação de Vansuita (2007) analisa os aspectos históricos e políticos da EJA do campo, até o contexto atual, no caso o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em Santa Catarina. Costa (2004) discute as políticas educacionais destinadas à população que vive em áreas rurais com

base no PRONERA, por ser decorrente da reivindicação dos movimentos sociais em busca de uma educação diferencial para jovens e adultos do campo. A tese de Carvalho (2006) também analisou o PRONERA avaliando em que medida constitui-se uma política pública de EJA no campo, a partir da experiência de um

assentamento no município de Caucaia, Ceará, no período de 1999 a 2005.

Anjos (2009) retrata a experiência da formação de professores em áreas de assentamento nos projetos do PRONERA no sudeste do Pará. Os resultados da pesquisa apontaram que a formação para professores mais jovens significou uma oportunidade de profissionalização e para os mais velhos, o retorno ao cargo de professor e o apoio e a qualificação da atuação no movimento sindical e ambiental.

A educação ambiental se faz presente na EJA no campo. A dissertação de Freitas (2008b) contempla a EJA em comunidades de pescadores artesanais em Laguna, SC, com a temática voltada para a educação ambiental, envolvendo o ensino de ecologia para educandos que vivem e trabalham em meio à natureza, além da preparação dos jovens para a prática do ecoturismo como alternativa econômica. Soeiro (2009) pesquisou a população que vive à margem de rios na Amazônia e estuda na EJA em escolas Campesinas, sendo o foco da pesquisa a Educação Ambiental. Destaca a autora que há um descaso do poder público em relação aos alunos e professores dessas escolas.

A dissertação de Cunha (2010) analisa a educação escolar na comunidade de Ilha Rasa, litoral norte do Paraná, em que a população sobrevive fundamentalmente da atividade pesqueira, do cultivo de ostras e do comércio local. O estudo mostra a relação existente entre a escola e a comunidade de Ilhéus, que recebe

alunos (as) do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A dissertação de Lauande (2006) faz um resgate histórico da EJA e da Educação do Campo inicialmente no Brasil, posteriormente no Estado do Paraná, especificando a educação na vida dos Agricultores Familiares Estudantes (AFE) o município de Mocajuba.

A temática escolarização é mencionada nas pesquisas. O estudo de Rodrigues (2007) faz referência às ações sociais, políticas e educacionais de Instituto em comunidades rurais no Estado do Ceará, sendo que o objetivo dessa instituição é possibilitar o acesso à escolaridade básica e ao ensino universitário a jovens e adultos de comunidades rurais. E a dissertação de Rego (2010) discute como o acesso à EJA em assentamentos rurais da Paraíba pode contribuir para o aumento da participação desses alunos em espaços sociais, favorecendo a construção da cidadania.

A alfabetização é uma preocupação nos movimentos sociais do campo, haja vista a exclusão dos âmbitos escolares na vida dos camponeses. Giane Maria da Silva (2008) investigou as práticas escolares de escrita e, principalmente, de leitura com professoras que atuam nas séries iniciais da EJA em comunidades rurais de Belo Horizonte, MG. A dissertação de Alvarino (2003) analisou os efeitos do processo de alfabetização de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária na região extremo-norte do Espírito Santo, realizado pelo PRONERA entre 1999- 2000. A pesquisa de Mota (2007) analisou os currículos

desenvolvidos nos projetos de EJA em áreas de Áreas de Reforma Agrária do Estado do Sergipe de 1995-2000. A autora notou que a proposta curricular, além de contribuir para a escolarização dos sujeitos, também foi importante para a construção da proposta pedagógica do PRONERA, especialmente, porque priorizou metodologias que permitem, na compreensão dos movimentos sociais e dos educadores, uma construção crítica da realidade e maior aproximação entre a leitura, escrita e a realidade dos sujeitos.

Jofre (2011) analisou a EJA dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como uma nova proposta denominada “Comuna da Terra” para assentamentos próximos aos grandes centros urbanos. As conclusões da autora sinalizam que as ações do MST, inspiradas no importante educador Paulo Freire e em sua pedagogia libertadora, objetivam a superação do analfabetismo e o alcance de uma educação de qualidade para os integrantes dos sem-terra.

A análise das relações entre Estado e Movimentos Sociais na construção de políticas públicas para o atendimento das populações camponesas durante e após o contexto da reestruturação educacional brasileira da década de 1990 foi realizada por Felix (2011). Na visão da autora, as relações entre Estado e Movimentos Sociais na efetivação de políticas públicas para a educação do campo não se explicam por si mesmas, nem se restringem à legislação educacional

brasileira, mas estão inseridas no debate educacional, nas relações econômicas e políticas do desenvolvimento do capitalismo mundial em sua fase monopolista.

As temáticas da profissionalização e mundo do trabalho aparecem na pesquisa de Santos (2010) que problematiza os sentidos atribuídos à formação profissional pelos lavradores que vivem entorno do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Campus Itapina, em um contexto de indução de políticas que buscam integrar ensino médio e educação profissional na modalidade EJA. Preocupação semelhante tem Barbosa Filho (2011), que analisa a forma de oferta da Educação Profissional pela Escola Família Agrícola de Jaguaré (EFAJ), localizada no norte do Espírito Santo, na fronteira entre o campo e a cidade. O autor busca responder ao desafio-problema sobre que relações uma escola família agrícola, situada na fronteira entre o campo e a cidade, mantém com sujeitos, jovens e adultos habitantes da cidade, potenciais demandatários de educação/qualificação profissional. E para abordar esse fenômeno que ocorre na fronteira entre o campo e a cidade são explorados os conceitos de hibridismo cultural na zona de contato, espaço/lugar, territórios e territorialidades. Os resultados nos mostram que o encontro entre diferentes culturas na fronteira tem produzido novas ressignificações de sujeitos e territórios de vivências.

A tese de Rios (2008) analisa as práticas discursivas de alunos que vivem em áreas rurais e estudam na Educação

de Jovens e Adultos em escolas urbanas a partir das produções de identidades e saberes em suas histórias de vida. De acordo com autora, esses jovens ressignificam suas tradições, suas próprias experiências por meio do contato com o outro e com os diferentes saberes, transformando o outro e si próprio, portanto, construindo novas identidades rurais.

A tese de Lenzi (2010) analisa os sentidos que estudantes adultos do Campo atribuem às relações que acontecem entre a EJA, e a sua permanência nessa modalidade de ensino por meio dos pressupostos de Bakhtin. De acordo com a autora, os vínculos de pertencimento à EJA do campo foram dirigidos pelo coletivo, ao enraizamento do MST, sendo este o fator essencial para o pertencimento desses alunos na escola. O estudo de Silva (2003) buscou compreender as formas de comunicação e linguagem na EJA situada em um MST no Estado de Santa Catarina. De acordo com o autor, a linguagem política-ideológica defendida pelo Movimento é assimilada e desenvolvida pelos integrantes, sendo a mística o principal veículo dessa linguagem.

Por sua vez, a pesquisa de Vasconcelos (2011) analisou os registros da observação de aulas de matemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA), numa escola de Ensino Fundamental de um assentamento da reforma agrária, aos quais se acrescentaram os registros de entrevistas e de outras conversas oportunizadas pela participação em diversos espaços da vida cotidiana do

assentamento. A análise realizada destacou as tensões engendradas na composição do currículo da educação de adultos do campo, no confronto entre demandas e discursos que propõem um projeto diferenciado baseado na vida campesina e no trabalho com a terra de um lado e, de outro, a força da estruturação do sistema escolar, referenciado na cultura urbana; tensões que se estabelecem nas práticas vivenciadas por estudantes adultos da Educação do Campo, quando se confrontam a perspectiva de uma matemática como conhecimento “universal” e a mobilização de conhecimento matemático numa perspectiva mais pragmática e local.

Finalmente, a pesquisa de Soares (2011a) abordou o currículo da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública do campo no município de Sapé, estado da Paraíba. O estudo ancora-se no campo dos Estudos Culturais, que contempla o processo de construção das propostas curriculares. Os resultados apontaram a necessidade de ressignificar o currículo da escola do campo, tendo em vista que a proposta curricular da escola revela-se distante de ser materializada em consonância com a vida social dos estudantes.

Estudos na interface entre Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo

Dentre os 42 trabalhos analisados, apenas duas dissertações de mestrado (4,7% do total) focalizaram a interface

entre a Educação Especial (EE), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação do Campo (EC), conforme o Quadro 3.

Autores	Nível	Orientadores	Instituição/ Programa	Ano de defesa
Scheilla Soares	M	Sonia Ap. Branco Beltrame	UFSC / Educação	2011
Sandra Regina Casari	M	Silvia Márcia Ferreira Meletti	UEL/Educação	2012

Quadro 3 – Dissertações na interface EE, EJA e EC

Fonte: Banco de Teses da CAPES. Elaboração das autoras

A pesquisa de Soares (2011b) discute a invisibilidade das pessoas com deficiência que residem no campo. A autora destaca a dupla discriminação a que estão sujeitas essas pessoas e a ausência de políticas públicas para a garantia dos direitos desse grupo, bem como a conexão entre os movimentos sociais do campo e das pessoas com deficiência. Por meio dos discursos dos próprios sujeitos que residem no assentamento onde se realizou a pesquisa, a autora demonstra que, ao lado dessa invisibilidade pública e política, existe o sentimento de pertencimento que essas pessoas apresentam em relação à comunidade de que fazem parte e que está relacionado ao processo de constituição do assentamento, no qual a vivência coletiva, a luta pela garantia dos direitos sociais e alguns aspectos da cultura camponesa que privilegiam o estar junto e a vida em comunidade favorecem o sentimento de fazer parte de um coletivo e ser apoiada por ele.

A pesquisa de Casari (2012) teve

como finalidade mapear e analisar os índices de matrícula dos alunos com deficiência que residem no campo no estado do Paraná e utilizou como fonte de informação os microdados do Censo da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), no período de 2007 a 2010. Para a autora, conhecer a configuração da educação especial no campo a partir dos dados oficiais se justifica, pois deles resultam as políticas diretas para essa população. Os resultados apontaram que a interface Educação Especial na Educação no Campo tem elementos marcadamente de esquecimento, preconceito e indiferença que caracterizam essas duas modalidades da educação brasileira ao longo do seu surgimento histórico.

Esses escassos achados vêm ao encontro daqueles encontrados por Caiado e Meletti (2011, p. 93), que apontaram o que chamam de “silêncio da produção científica referente à interface entre a Educação Especial e a educação do cam-

po”, ao analisarem a produção científica do GT-15 da Anped, no período de 1993 a 2010, e não encontrarem nenhuma produção. Contudo as autoras complementaram a pesquisa para além da produção científica do GT-15 da Anped, e interrogaram o Banco de Teses da Capes, e localizaram quatro trabalhos (RICHE, 1994; SILVA, 2001; PERAINO, 2007; PONZO, 2009)¹.

A pesquisa de Riche (1994) foi realizada na zona rural na Fazenda Santa Maria, localizada em Taubaté, SP, município do Vale do Paraíba. Objetivou acompanhar, observar, descrever e analisar as experiências o processo interativo de alunos da classe especial com alunos da classe regular.

O estudo de Silva (2001) focaliza a realidade objetiva e subjetiva dos trabalhadores com deficiência física na área rural do Abiai, nos Projetos de Assentamento Nova Vida, Teixeira e Primeiro de Março, ligados ao MST e nos Projetos de Assentamento Apasa e Sede Velha,

¹ Provavelmente Caiado e Meletti (2011) utilizaram outras expressões de busca para consulta ao Banco de Teses da CAPES, haja vista que, na pesquisa relatada nesse artigo com as expressões utilizadas (“Educação do campo EJA”, “Educação do campo de jovens e adultos deficientes”, “Educação do campo EJA deficientes”, “Educação do campo EJA deficiência”, “Educação de jovens e adultos deficientes”), esses quatro trabalhos localizados pelas autoras não foram identificados. Contudo isso não invalida o método, mas reforça a necessidade de se conhecer com profundidade a literatura pesquisada no momento de recuperar informações em banco de dados.

ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), município de Pitimbu, litoral sul da Paraíba, Nordeste do Brasil. Os resultados mostraram que os trabalhadores com deficiência física participaram nas diversas formas de lutas utilizadas para conquistar a terra e, posteriormente, para garantir melhor situação de vida na área do assentamento.

As altas habilidades de um adolescente que residiu em um assentamento rural são focalizadas na pesquisa realizada por Peraino (2007). A autora focaliza o caso desse adolescente que, dos seis anos aos dezesseis anos de idade, recebeu sua formação educacional em uma escola rural na cidade de Sidrolândia, MS, e, mesmo com carências financeiras e educacionais, classificou-se em 3º lugar em Mato Grosso do Sul na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMP). A autora descreve como esses assentamentos rurais são formados e como é oferecida a educação no meio rural e, ao final do estudo, mostra a necessidade de uma interação social e educacional diferenciada que auxilie a inserção desse grupo de pessoas na sociedade, proporcionando-lhes assim um desenvolvimento propício para que possam, com seus talentos, ajudar no desenvolvimento das áreas relacionadas as suas habilidades, bem como à promoção de pesquisas ulteriores.

Ponzo (2009), ao analisar as políticas de formação, busca entender como professores em atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental do Muni-

cípio de Guarapari, ES – principalmente aqueles que atuam com alunos que apresentam algum tipo necessidade educacional especial por deficiência - se apropriam das políticas públicas de formação continuada, instituídas pela Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa demonstrou que as políticas de educação, preconizadas pelo município, chegavam à escola repletas de tensões. Isso evidencia, na visão da autora, a necessidade de respeitar as singularidades que constituem alunos e professores que buscam nesse cotidiano produzir conhecimentos e reconhecê-los como sujeitos capazes de novos saberes-fazer.

Considerações Finais

Apesar de as políticas públicas fazerem referência ao direito à educação para jovens e adultos com deficiência que vivem no campo, percebe-se que essa realidade ainda é pouco discutida nas produções científicas acadêmicas brasileiras. As análises realizadas de-

vem ser encaradas como um ponto de partida para as diferentes situações enfrentadas na construção de uma Educação de Jovens e Adultos para pessoas com deficiência que vivem em áreas rurais.

Diante desse quadro, concordamos, pois, com os argumentos de Caiado e Meletti (2011, p. 97) de que

[...] o impacto das determinações legais e normativas, das proposições políticas da educação e do silenciamento acadêmico sobre essa interface pode ser analisado sob diferentes perspectivas.

Para que esse quadro se altere, urge que as pesquisas acadêmicas rompam com esse silêncio e problematizem as dificuldades enfrentadas por jovens e adultos com deficiência que vivem no campo, quando o direito à escola e ao atendimento educacional especializado deles é subtraído, apesar de preconizado em documentos e políticas públicas do país.

Ao finalizar este artigo, esperamos ter contribuído para o estado da arte sobre a interface entre Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. O estudo realizado, ancorado na abordagem bibliométrica e na análise de conteúdo de 42 dissertações e teses realizadas no âmbito da pós-graduação brasileira, mostrou que há uma lacuna a preencher nas pesquisas acadêmicas.

Referências

ALVARINO, J. V. *O processo de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária na região extremo-norte/ES: 1999-2000*. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ANJOS, M. P. *Experiência de formação de professores no PRONERA Sudeste do Pará*. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

ARAUJO, A. P. *Experiências de exclusão/inclusão de jovens e adultos com deficiência na escola*. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BARBOSA FILHO, C. J. *Entre o campo e a cidade: a oferta de educação profissional do campo no espaço/lugar de contato*. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BENTES, J. A. O. *Formas do trabalho docente em duas escolas especiais de surdos: estudos históricos e de representações sociais*. 2010. 178f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BINS, K. L. G. Aspectos psico-sócio-culturais envolvidos na alfabetização de jovens e adultos deficientes mentais. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 2*, de 28 de abril de 2008. 2008a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Resolução CNE/CEB n. 1*, de 3 de abril de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32.

_____. *Lei 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, ed. esp., 2011.

CAPES. *Banco de Teses*, [s.d.]. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 24 maio 2012.

CARVALHO S. M. G. *Educação na reforma agrária: PRONERA, uma política pública?* 2006. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CASARI, S. R. *Educação especial e a escolarização de pessoas com deficiência que residem no campo: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros*. 2012. 66p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

COSTA, A. C. M. *Os impactos do PRONERA no Assentamento Fazenda Reunidas: as relações entre universidade, movimentos sociais e governo federal*. 2004. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2004.

CREPPE, C. H. *Ensino de química orgânica para deficientes visuais empregando modelo molecular*. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências na Educação Básica) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias.

CUNHA, M. H. *Um “sítio” no mar: estudo da educação escolar na vila de Ilha Rasa/PR*. 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

FELIX, B. A. M. *Políticas para a educação de jovens e adultos pós 1990: territórios do saber em movimentos sociais do campo*. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FONSECA, M. V. A. T. *Versões e inserções: a educação de jovens e adultos com deficiência mental*. 2003. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

FREITAS, J. F. de S. *Textualização e ação pedagógica: um estudo com aluno deficiente mental*. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FREITAS, R. A. *A educação ambiental com filhos de pescadores: uma experiência na Casa Familiar do Mar “Wilson Pedro Kleinubing”, Laguna, SC*. 2003. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Pelotas, 2008.

GONDIN, E. M. *As concepções de alfabetização e letramento subjacentes ao discurso docente na escola especial*. 2004. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

GONÇALVES, T. G. G. L. *Escolarização de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros (2007-2010)*. 2012. 72f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GONÇALVES, T. G. G. L.; MELETTI, S. M. F. *Escolarização de alunos com deficiência da educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros (2007-2010)*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011, Nova Almeida, ES. *Anais...* Nova Almeida: SNPEE. CD-ROM.

PERAINO, M. A. C. *Adolescente com altas habilidades/superdotação de um assentamento rural: um estudo de caso*. 2007. 105p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. *Protocolo para coleta de dados bibliométricos em bases de dados*. 2011. (Mimeo).

JOFRE, A. *A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o exemplo da Comuna Irmã Alberta*. São Paulo,

SP. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LAUANDE, E. A. R. *A Educação de jovens e adultos e os agricultores familiares estudantes de Mocajuba/PA*. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém.

LENZI, L. H. C. *“Eu não desisti!”: os sentidos da escolarização retratados por estudantes adultos do campo*. 2010. 293f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAFFEZOLLI, R. R. *Olha eu já cresci: a infantilização de jovens e adultos com deficiência mental*. 2004. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba.

MARCOCCIA, P. C. de P. *Interface da educação especial com a educação do campo: a (in) visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do campo*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu, MG. *Anais...* Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes>>. Acesso em: 20 maio 2011.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. In: KASSAR, M. de C. M. (Org.). *Diálogos com a diversidade: sentidos da inclusão*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MOTA, M. M. *Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária: um estudo de caso sobre o currículo (1995-2000)*. 2007. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristovão.

PIRES, F. L. B. *O ensino da língua espanhola na educação especial: formação docente e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual*. 2010. 257f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

PONZO, M. G. N. *Novos desenhos das políticas de formação do profissional docente em face da perspectiva educacional inclusiva: das diretrizes legais às vozes dos professores*. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Vitória, Vitória, ES.

REGO, P. R. C. *Educação de jovens e adultos em assentamentos rurais da Paraíba: um novo campo de organização e participação?* 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

RICHE, N. J. *Projeto rural: análise das interações entre classe especial e classe regular, fora do ambiente escolar, Vale do Paraíba – São Paulo*. 1994. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Métricas da participação feminina na ciência e na tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 143-170, 2013.

RIOS, J. A. V. P. *Entre a roça e a cidade: identidades, discursos e saberes na escola*. 2008, 284f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROCHA, M. L. *Desvelando os processos de escolarização de alunos surdos no cenário da EJA: um estudo de caso*. 2012. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

RODRIGUES, F. A. A. *Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste-Ceará*. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SANTANNA, M. K.O. *A língua portuguesa na educação especial: problematizando leitura, escrita e mediação*. 2011. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

SANTOS, J. S. *Os sentidos da formação profissional para os lavradores do entorno do IFES – Campus Itapina*. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Itapina.

SHIMAZAKI, E. M. *Letramento em jovens e adultos com deficiência mental*. 2006. 182f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIEMS, M. E. R. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, p. 61-80, 2011.

SILVA, G. M. *Concepções de leitura em práticas de letramento na educação de jovens e adultos do meio rural*. 2008. 287f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, I. M. A. *O trabalhador com (d)eficiência física na área de assentamento rural*. 2001. 149p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, L. L. *Orientação profissional e para o trabalho de jovens com deficiência mental: uma análise sócio-histórica das propostas institucionais no Brasil*. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios aos especialistas que atuam no campo. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, p. 110-129, 2011.

SILVA, S. R. *Movimento, comunicação e linguagem na Educação de Jovens e Adultos no MST*. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVEIRA, V. C. *Geografia dos sentidos: a atuação do professor de geografia no processo de inclusão*. 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOARES, R. F. *A (des)contextualização social do currículo na Educação de Jovens e Adultos: o caso da escola do campo*. 2011a. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOARES, S. *Sujeitos do campo considerados deficientes: da invisibilidade ao pertencimento*. 2011b. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOEIRO, E. M. *Possibilidades para práticas pedagógicas nas escolas camponesas do Jaú: estruturas dialógicas para uma educação ambiental*. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SÓLERA, M de C. O. G. *É possível a inclusão? Um estudo sobre as dificuldades da relação do sujeito com a diferença*. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAFAREL, C. Z.; MOLINA, M. C. Política educacional e educação do campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 571-578. v. 1.

VANSUITA, A. P. *Educação de jovens e adultos do campo: um estudo sobre o PRONERA em Santa Catarina*. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VARELLA, M. C. B. *Trilhas da inclusão escolar percorridas por uma aluna com paralisia cerebral na EJA: concepções e práticas*. 2011. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

VASCONCELOS, K. P. *Um estudo sobre práticas de numeramento na educação do campo: tensões entre os universos do campo e da cidade na educação de Jovens e Adultos*. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VIEIRA, R. A.; MACIEL, L. S. B. Fonte investigadora em Educação: registros do banco de teses da CAPES. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-367, maio/ago. 2007.

XAVIER, D. R. *Possibilidades dialógicas e interações sociais de jovens com deficiência mental: o contexto da escola especial*. 2007. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

Recebido em julho de 2014

Aprovado para publicação em setembro de 2014